



## COM A FORÇA DOS TRABALHADORES ROMPER COM A POLÍTICA DE DIREITA



**Intervenção de Arménio Carlos**

*Secretário-Geral*

Camaradas, amigas e amigos,

Saudamos de forma calorosa os muitos milhares de trabalhadoras e trabalhadores, os jovens, os desempregados e os reformados, que em Lisboa e em cerca de 40 localidades do continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, fazem deste dia uma poderosa jornada de luta, de afirmação do Trabalho, de valorização de direitos, de melhoria dos salários e das condições de vida e de exigência da ruptura com a política de direita, condição indispensável para a garantia de um futuro de progresso e desenvolvimento.

Neste Dia Internacional do Trabalhador, homenageamos a heróica luta das gerações de homens e mulheres que nos antecederam e saudamos de forma particular todos os trabalhadores e trabalhadoras que, em cada empresa e local de trabalho, com coragem e firmeza, e através de uma acção persistente e organizada, demonstram que a força dos trabalhadores, mais cedo que tarde, acabará por determinar um novo amanhã!

As muitas lutas na indústria, comércio e serviços, hotelaria e restauração, nas empresas do sector empresarial do Estado e na Administração Pública central, regional e local, confirmam que os que não desistem e resistem, conquistam melhores condições de trabalho, travam a desregulação dos horários, condicionam a privatização de empresas e efectivam os direitos consagrados na contratação colectiva.

Este é o melhor exemplo de quem não se resigna e de quem não abdica de combater a política de exploração imposta pelo Governo e o patronato e acredita que é possível uma vida melhor para os trabalhadores e o futuro do país!

Por isso, não aceitamos as falsas inevitabilidades e não caímos no engodo dos que nos dizem que, hoje, o país está melhor.

Tentam apagar a marca da sua governação, a sua opção de classe e a subjugação às orientações de uma U.E. subordinada aos interesses dos grandes países e dos grupos económicos e financeiros.

Como podem eles falar de sucesso quando destruíram mais de 500 mil postos de trabalho; quando temos um milhão e trezentos mil trabalhadores sem emprego ou em sub-ocupação e centenas de milhares foram obrigados a emigrar?

Como podem falar de sucesso, quando há 3 milhões de portugueses a viver abaixo dos níveis mínimos de dignidade, quando as crianças são a camada da população mais afectada pela pobreza, porque o salário dos pais já nem dá para comer ou porque o subsídio de desemprego já acabou?

Que sucesso é este, que destruiu mais de 8 mil milhões de euros da riqueza criada e fez a dívida pública disparar para 130% do PIB?

É esta a realidade, espelhada em factos, dados e números, que dão conta da devastação social e delapidação económica imposta pela política de direita ao povo e ao país.

Uma política que empobreceu a maioria da população, enriquecendo uma minoria que, entre outras, arrebatou as empresas públicas a preço de saldo e fez da destruição da Escola Pública, do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social, fonte para novos lucros, transformando direitos fundamentais em negócio, como é ainda exemplo o direito à água e ao saneamento.

O Primeiro-ministro Passos Coelho disse recentemente, no tom “calimero” que se lhe conhece, que a grande reforma que lhe falta fazer é a do mercado laboral! Depois do ataque sem precedentes à legislação e aos direitos dos trabalhadores, das medidas que tiveram como consequência a degradação do emprego e a brutal transferência de rendimentos do trabalho para o capital, não está satisfeito e quer ir ainda mais longe!

Tudo isto, depois de ter retirado mais de 17 mil milhões de euros aos trabalhadores, dinheiro entregue directamente para pagar juros usurários, os negócios ruinosos das PPP e dos SWAP, sobrecarregando quem trabalha e trabalhou com mais impostos para baixar o IRC às grandes empresas e metendo no bolso do patronato cada cêntimo não pago nas horas extraordinárias, nos feriados e nos dias de férias reduzidos.

Mas eles são insaciáveis e querem mais! Os mesmos que fabricam a pobreza, ensaiam agora novas medidas para a manter e alargar. E aí está o caderno de encargos com um novo pacote de medidas inscritas no “Programa Nacional de Reformas” para 2016-2019, a confirmar que depois do Memorando da troika continua a política de esmagamento dos rendimentos dos trabalhadores e pensionistas e de ataque e degradação dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.

Sendo certo que não revelam todas as suas intenções, porque enganar o povo está-lhes no ADN, é sintomático que este Governo continua em rota de colisão com a CRP ao manter medidas, como as reduções salariais da Administração Pública para além de 2015, já rejeitadas pelo Tribunal Constitucional.

Uma ofensiva que se dirige também, de forma clara e gravosa, contra a Segurança Social pública, universal e solidária. Ao anunciar tectos contributivos e limitações ao valor das pensões a pagar, nomeadamente aos mais jovens, o Governo está a provocar uma divisão intergeracional e a tentar transfigurar a Segurança Social num sistema assistencialista.

A retoma das alterações à TSU é elucidativa da obstinação e da falta de soluções do Governo e também do grupo de economistas que, por solicitação do PS, elaborou o documento denominado “Uma década para Portugal”. Podem ser diferentes na forma de apresentação, mas são semelhantes nos conteúdos e objectivos centrais que pretendem atingir.

Estes dois documentos marcados pelo garrote do Tratado Orçamental e das ditas “reformas estruturais”, na prática, são passos para abrir novas portas no ataque aos direitos laborais e sociais. Querem impor o contrato único para generalizar a precariedade, introduzir o “crédito fiscal” para manter os baixos salários, reduzir a TSU para diminuir as prestações sociais e o valor das reformas deixando para o “dia de são nunca à tarde” a reposição dos salários e a extinção da sobretaxa de IRS e uma verdadeira reforma fiscal que deixe de penalizar os trabalhadores e os pensionistas.

Bem podem tentar camuflar o significado destas e de outras medidas, afirmando que representam um “alívio na austeridade”, mas a verdade é que não conseguem esconder que a política de futuro que têm para os trabalhadores e pensionistas é rigorosamente a mesma que até hoje lançou centenas de milhar de trabalhadores para o desemprego, a precariedade, a emigração forçada, a pobreza e que condena Portugal à estagnação económica permanente.

Com ajustamentos pontuais e condicionados ou com nuances na intensidade desta política, não teremos a prometida prosperidade durante um dia, quanto mais durante uma década!

Quaisquer planos ou programas, venham de onde vierem, subordinados ao Tratado Orçamental e ao Pacto de Estabilidade, constituirão sempre um ataque aos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do país e aos princípios mais elementares da democracia, da soberania política e independência nacional.

Assim, não é por acaso que PSD e CDS, sabendo da derrota eleitoral que os espera, anunciam em passo apressado, que vão coligados, para tentar limitar os estragos! E é assim que o Governo desesperado, se lança numa fúria legislativa, tentando destruir no curto tempo que lhe resta, o que a luta dos trabalhadores e a resistência do povo impediu que concretizasse ao longo do seu mandato.

Redobrar o combate a esta política constitui, neste quadro, um direito e um dever de todos quantos rejeitam o retrocesso social e civilizacional. Um combate que com o aproximar do acto eleitoral se vai agudizar. Por um lado, com base na tese da inevitabilidade e da impossibilidade de uma alternativa, apostam na bipolarização para dar corpo à continuação da mesma política. Por outro lado, para passar a ideia de que são todos iguais.

E se é certo que os diversos projectos políticos partidários não são todos iguais na resposta aos problemas dos trabalhadores, dos jovens, dos desempregados e dos pensionistas, não é menos verdade que não basta afirmar que se é diferente para que a alternância se transforme em alternativa!

Por isso dizemos ao Presidente da República, que rejeitamos consensos para ficar pior, razão pela qual exigimos a ruptura com a política de direita para que o país possa respirar, ser livre e ficar melhor!

Aos apelos à resignação, ao conformismo, à escolha do mal menor, respondemos que não abdicamos de lutar por aquilo a que temos direito!

Aos que recorrem à chantagem e usam o medo para fazer “tábua rasa” da liberdade e da democracia, 41 anos depois de Abril, nós afirmamos que não temos medo e não abdicamos de lutar pela efectivação dos valores, conquistas e direitos que são património dos trabalhadores!

Hoje e aqui reafirmamos que rejeitamos as falsas inevitabilidades. Rejeitamos o empobrecimento e a exploração. Exigimos emprego, salários e direitos. Lutamos por uma política de esquerda e soberana!

Uma política que liberte o país das amarras do Tratado Orçamental e de uma dívida pública que, em parte é ilegítima, e no seu todo impagável!

Uma política que valorize o trabalho, respeite e dinamize a contratação colectiva e seja promotora do trabalho com direitos, com a revogação das normas gravosas da Legislação Laboral, o aumento geral dos salários e do SMN e a jornada de trabalho de 35 horas para todos os trabalhadores, para dinamizar a economia, criar mais e melhor emprego e assegurar a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

Uma política que ponha o país a produzir mais para importar menos, que potencie a força de trabalho altamente qualificada que dispomos e a coloque ao serviço de um desenvolvimento sustentável que promova uma mais justa distribuição da riqueza e a coesão social e territorial.

Uma política de esquerda e soberana, que ponha um ponto final no processo de privatizações, recupere os sectores e empresas estratégicas para o Estado, coloque o capital a pagar impostos e, simultaneamente, os reduza aos trabalhadores e pensionistas, para assegurar o financiamento de mais e melhores serviços públicos, de mais e melhor educação e saúde e a cobertura de todos os desempregados por prestações de desemprego.

Há 125 anos, pela primeira vez, os trabalhadores de todo o mundo comemoraram o 1º de Maio, encheram as ruas e as praças das cidades, dando corpo ao confronto entre o trabalho e o capital. Um combate que mantém toda a actualidade, num quadro em que o aumento da exploração e o empobrecimento da generalidade da população, anda de braço dado com a acumulação de riqueza e a opulência de uma minoria.

A intensificação da acção reivindicativa, o esclarecimento e a unidade na acção em cada local de trabalho, são determinantes para inverter este rumo de definhamento, de austeridade permanente e de empobrecimento e exploração crescente!

Saudamos, por isso, os trabalhadores que hoje estão em greve, da Grande Distribuição do COMÉRCIO E SERVIÇOS e da SEKURIT, bem como as paralisações já anunciadas para este mês de Maio, nomeadamente na BA VIDRO, na fábrica da RENAULT CACIA, na empresa de Mercadorias Nogueira, na STCP, no METRO, na CARRIS, dos trabalhadores da saúde, nos museus, palácios e monumentos e nas refinarias da PETROGAL.

O Movimento Sindical que somos não se resigna à injustiça, não vira as costas à luta, não abdica da transformação da realidade e da construção de uma sociedade mais justa, sem exploradores nem explorados! É esta a nossa razão. É esta a nossa matriz. É esta a nossa identidade. São estes os factores que dão confiança aos trabalhadores que aderem aos sindicatos da CGTP-IN. São mais de 78 mil os que desde o último Congresso se sindicalizaram e dão mais força à sua, que é a nossa luta!

Vamos organizar e sindicalizar, mobilizar e lutar. Estes são os instrumentos para dar expressão à força dos trabalhadores e à luta de massas, verdadeiro motor do desenvolvimento e da economia ao serviço dos trabalhadores e das populações!

Os tempos que correm exigem uma forte participação cívica de todos e todas que acreditam numa sociedade de progresso e justiça social. Façamos das próximas eleições legislativas, um momento alto da luta transportando-a até ao voto para pôr um ponto final na política de direita e no Governo PSD-CDS e alterar a correlação de forças na Assembleia da República, para dar corpo à alternativa de esquerda e soberana comprometida com os valores e direitos de Abril!

VIVA O 1º DE MAIO!  
VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!  
VIVA A CGTP-IN!

Lisboa, 1 de Maio de 2015